

RELAÇÕES SAÚDE-DOENÇA-TRABALHO E OS PRINCIPAIS ASPECTOS QUE NORTEIAM A SAÚDE DO POLICIAL MILITAR

RELATIONSHIPS OF HEALTH-WORK DISEASE AND THE MAIN ASPECTS OF HEALTH OF THE MILITARY POLICE

DIAS, Lucas Lamounier Ferreira ¹

DANTAS, Talita de Souza ²

RESUMO

Atualmente, a sociedade passa por diversas transformações no que tange a manutenção da saúde e qualidade de vida e a cada dia surgem novas doenças até então desconhecidas, sendo estas, muitas vezes relacionadas ao processo laboral de cada indivíduo. Assim, a preocupação com o bem estar físico e biopsicossocial se torna cada vez mais constante nas rodas de conversas e discussões de âmbito acadêmico. No que se refere à saúde dos policiais militares entende-se que as inúmeras situações pelas quais os mesmos são impostos, são muito propícias a causar condições que possam ocasionar distúrbios de saúde e como os mesmos não estão preparados para lidar com essa problemática, tais agravos passam a ser encarados como problemas de saúde pública. Desse modo, o trabalho tem como objetivo abordar de maneira geral as relações saúde-doença-trabalho e os principais aspectos que norteiam a saúde do policial militar, sem deixar de ressaltar todos os aspectos que levam ao desenvolvimento de agravos à saúde decorrentes do seu exercício profissional. Através da revisão de literatura pode se observar que o estabelecimento de novas iniciativas para cuidar da saúde mental, bem como saúde ocupacional dos militares é necessária, juntamente, com a implementação de programas de saúde específicos na orientação de tais profissionais, oportunizando o melhor preparo dos mesmos tanto para reconhecimento dos agravos, como para possíveis diagnósticos precoces.

Palavras-chave: Agravos em Saúde. Qualidade de vida. Saúde do Policial.

ABSTRACT

Nowadays, the society undergoes several transformations regarding the maintenance of health and quality of life and every day new diseases appear hitherto unknown, these being often related to the labor process of each individual. Thus, the concern with physical and biopsychosocial well-being becomes more and more constant in the wheels of conversations and discussions of academic scope. With regard to the health of military police officers, it is understood that the many situations in which they are imposed are very conducive to causing conditions that may cause health disorders and are not prepared to deal with such problems, such injuries are now seen as health. Thus, the objective of this study is to approach in general the health-illness-work relations and the main aspects that guide the health of the military policeman, while highlighting all the aspects that lead to the development of health problems due to their exercise professional. Through the literature review it can be observed that the establishment of new initiatives to take care of mental health as well as occupational health of the military is necessary, together with the implementation of specific health programs in the orientation of such professionals, giving the best preparation of the both for the recognition of the diseases and for possible early diagnosis.

Keywords: Diseases in Health. Health of the Police. Quality of life.

1. INTRODUÇÃO

¹ 1 Aluno do Curso de Formação de Praças da PMGO – Turma PaPa – 6ª Cia; email: Lucas_lamounier10@outlook.com Goiânia/GO

² 2 Professor orientador: Professora Doutora do curso de Pós-Graduação do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM; emailtalitadantas_@hotmail.com; Goiânia – GO, maio de 2018

O presente artigo científico trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, descritivo-exploratória, de cunho qualitativo e que procurou fazer um apanhado geral sobre as relações saúde-doença-trabalho e os principais aspectos que norteiam a saúde do policial militar, sem deixar de ressaltar todos os aspectos levam ao desenvolvimento de agravos à saúde decorrentes ao seu exercício profissional. Sabe-se que, atualmente, a sociedade vem passando por inúmeras mudanças no que se refere à manutenção da saúde e qualidade de vida. A preocupação com o bem estar físico e biopsicossocial vem ganhando espaço cada dia mais nas esferas de conversas e discussões acadêmicas. Os valores culturais, educacionais, a profissão que exerce e as relações sociais são influenciadores da boa manutenção da saúde ocupacional ou não.

Dentre os policiais militares não é diferente, sabe-se que as diversas condições pelas quais são impostos os prestadores de serviço das corporações militares são extremamente propícias a causar situações que possam acarretar agravos e/ou distúrbios de saúde e como os mesmos não estão preparados para lidar com essa problemática, tais agravos passam a ser encarados como problemas de saúde pública.

Um dos principais fatores estressantes no cotidiano profissional dos policiais militares são as condições pela qual se encontra a segurança pública nacional, onde o crescimento acelerado e indiscriminado das diferentes formas de violência e criminalidade vem assolando cada vez mais a sociedade e os profissionais envolvidos em seu combate. Assim, somados a outros fatores de extrema importância para desencadeamento de doenças ocupacionais, os profissionais apresentam diversos distúrbios que vão desde alterações no peso até transtornos mentais (COSTA E FARIAS, 2015; BORGES, 2013).

Assim, surge o questionamento sobre quais agravos de saúde, realmente, assolam os policiais militares? E o que está sendo feito para a melhoria dessa situação em âmbito nacional ou regional? Porém, considera-se também que mesmo quando não pode se realizar a prevenção de tais agravos; tem que se buscar meios para o tratamento adequado ou soluções que visam o combate de tais doenças, até mesmo para que os profissionais envolvidos possam desempenhar suas atribuições sem prejuízo para si mesmo, para a corporação e principalmente para a sociedade (SANTOS, 2012).

Portanto o objetivo desse estudo é abordar os principais agravos de saúde que envolve a profissão dos policiais militares sob a luz da literatura científica. Pretende-se fazer um apanhado geral sobre as relações saúde-doença-trabalho, bem como citar alguns pressupostos teóricos e logo após discutir sobre os aspectos que norteiam a saúde do policial militar, bem

como todos os aspectos que levam os mesmos a desenvolverem agravos decorrentes ao seu exercício profissional.

O lapso temporal do referido artigo compreende os anos de 2000 a 2018, devido à imprescindibilidade de fixação de uma data concreta e definida, com objetivo de evitar informações fragmentadas, escassas e o trabalho em questão pudesse ser fundamentado pelas obras bibliográficas mais recentes possíveis.

Para a estruturação deste trabalho, inicialmente, foram utilizadas referências retiradas de sites científicos confiáveis e correlacionados. Primeiramente, pesquisaram-se sobre os pressupostos teóricos e conceituais a respeito das mudanças do mundo globalizado, do trabalho, qualidade de vida e seus princípios norteadores, abordando também, aspectos inerentes a isso, tais como o surgimento de doenças ligada ao trabalho sobretudo do trabalho policial e dos principais agravos de saúde que acometem essa classe de trabalhadores.

Todos os dados utilizados como referência para a estruturação deste trabalho, foram retirados de artigos e informações contidas em sites como Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) *Schoolar Googl*, bem como livros e/ou leis disponibilizados on-line. assim, foi possível detectar através da análise dos dados a importância da realização de pesquisas como estas, de suma importância para a manutenção da vida e proteção à saúde de trabalhadores importantes pra nossa sociedade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Na antiguidade o conceito de trabalho estava na maioria das vezes ligado a penalização, escravidão ou situações afins. Somente a partir do século XVI com o advento da Revolução Industrial que o trabalho começou a ser relacionado como fonte de produtividade e acúmulo de riquezas, com o surgimento das fábricas o conceito de trabalho foi se difundindo pela coletividade e consagrou-se uma nova era, evolução das fábricas, início da evolução tecnológica, intelectual e mudança cultural em muitos aspectos. Nos dias atuais o trabalho é considerado pela maioria como um dever, no entanto, é importante destacar que mais que um dever é constituído como um direito, até mesmo reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com isso, todo indivíduo tem o direito de buscar por seu sustento e de seus dependentes, com recursos advindos de um trabalho; que possa desenvolver seu trabalho como profissão para garantir sua dignidade, contribuir para sua saúde física e mental, tendo assim boas condições de vida (SANTOS, 2012).

Em concordância com Santos (2012) citando Vieira (2005, p. 85):

A qualidade de vida de uma pessoa e de seus dependentes depende grandemente da qualidade de vida no trabalho desta pessoa. Para fundamentar isso, basta lembrar que, pelo menos um terço do dia é usado no trabalho, além do tempo gasto no trajeto feito para ir ao trabalho e retornar; as condições em que é feito este trajeto também têm efeitos sobre a saúde e o bem-estar da pessoa. O indivíduo carrega consigo os seus problemas e suas dificuldades relacionadas com o trabalho, como por exemplo, dificuldades de relacionamento com superiores, colegas e subalternos; se estas relações são ruins, desequilíbrio psicoemocional pode ser a consequência. A possibilidade de ter para si e seus dependentes uma alimentação qualitativa e quantitativamente adequada, bem como a satisfação de outras necessidades básicas, depende essencialmente do poder de compra, ou seja, do salário do trabalhador; a participação em atividade de lazer para redução de fadiga e estresse, normalmente, também custa algo.

Contudo, com a evolução da sociedade, globalização, ascensão do capitalismo, busca incansável por lucros, insalubridade, condições de trabalho inadequadas, rotinas incessantes, associados ao estresse contribuem substancialmente para os desenvolvimentos de estados patológicos relacionados ao trabalho, ou seja, doenças que muitas vezes acometem grande parte dos profissionais, acarretando prejuízos para o indivíduo, bem como para a organização pela qual presta serviço. As profissões que lidam constantemente com muitas pessoas, são as mais comuns de serem atingidas por tais distúrbios.

De acordo com alguns estudos várias são as profissões que por terem uma rotina intensa, condições estressoras acabam por dificultar com que o indivíduo cuide adequadamente de seu bem estar físico e biopsicossocial, dentre essas profissões estão os policiais militares. As funções executadas pelos policiais, no que tange o cumprimento da lei, manutenção da ordem e preservação do bem comum, sem deixar de citar o ato de salvar vidas, mesmo colocando em risco as de si próprios os fazem ficarem diante de vários riscos dentre eles físicos e mentais, acarretando doenças severas e que podem ser letais se não tratadas adequadamente (GONÇALVES; VEIGA; RODRIGUES, 2012 apud PAIVA et al 2017).

O serviço militar é composto por profissionais que estão a cargo do cumprimento das leis de segurança pública que compete aos serviços militares, sendo o policial um funcionário que possui dedicação exclusiva ao estado, com isso, não tem, na maioria das vezes, horários pré-definidos, bem como nem sempre as atividades desempenhadas são determinadas previamente. São atividades corriqueiramente desempenhadas em situações de violência e criminalidade, constituindo fator insalubre estressante com o passar do tempo (COSTA; FARIAS, 2015).

Os indivíduos que exercem suas funções como policiais militares têm diversas influências negativas que podem gerar situações desagradáveis e até mesmo patológicas no

desempenhar de suas funções e, muitas vezes, a falta de preparo profissional, psicológico e a falta de equilíbrio emocional geram condições desordenadas, na maioria das vezes catastróficas para o psicológico, haja vista que o policial ao mesmo tempo que deve prezar pela proteção de sua vida, se vê diante da mortes de muitas outras pessoas, sendo elas infratores ou não, ou seja, momentos que requerem muitos esforços e conviver com o estigma do risco de perder a própria vida a qualquer momento em decorrência dos grandes índices de criminalidade e violência que se vivencia cotidianamente (PAULINO; LOURINHO, 2014).

Desse modo, o trabalho realizado pelos policiais, além de ter contato diário com situações de violência, também tem que utilizar dela, muitas vezes, para cumprimento de suas atribuições, claro, que de forma prudente e de forma aceitável para controlar as situações violentas já existentes (SANTOS, 2012).

Atualmente, a criminalidade tem números alarmantes e tende a aumentar cada dia mais e é de conhecimento geral que o trabalho policial no Brasil é algo estressante e de elevado risco. A exemplo disso, Nóbrega (2017), realizou um estudo que atestou as doenças relacionadas ao coração, seguidas de diabetes e acidente vascular encefálico (AVC), como dentre as principais causas que levaram a óbito policiais militares na Paraíba, de janeiro de 1990 a dezembro de 2016.

Estudo realizado por Dias e Slob (2015) afirma que as doenças cardiovasculares são a principal causa de morte no Brasil, responsáveis por cerca de 30% dos óbitos e isso reflete em profissionais com trabalhos estressantes tais como bombeiros e policiais militares. Atesta, também, que pesquisas nacionais e internacionais sugerem que os policiais com idades mais avançadas possuem alta prevalência de fatores de risco para doenças do sistema circulatório e inferem que policiais com idades menos avançadas são de fato, sedentários realizam poucos exercícios físicos e tem poucos hábitos de qualidade de vida, assim, aumentando risco de desenvolverem esse tipo de doença.

Diante dessa problemática das situações estressantes e causadoras de distúrbios, se faz necessário que o profissional cuide de sua própria saúde para que possa seguir com sua saúde adequada. Assim, a saúde do trabalhador institui-se como uma questão de extrema relevância para a saúde pública e estudar sobre tais distúrbios é de grande importância, também, pois ajuda na minimização dos agravos tanto de forma individual como coletiva (GONÇALVES, 2012).

As rotinas exaustivas somadas ao fato de o policial não conseguir “retirar de seus ombros” o peso da profissão a qual defende que é do cumprimento da lei e manutenção da ordem e preservação do bem comum, faz com que o mesmo não se desvincule e sempre fique

em estado de alerta, mesmo em momentos em que poderia está realizando um lazer ou algo do tipo (OLIVEIRA E SANTOS apud MIRABETE, 2010, p. 224 apud GONÇALVES, 2012).

Partindo desses pressupostos e levando em consideração que a saúde do trabalhador é uma questão de saúde pública o Ministério da Saúde por meio do Decreto nº 7.602/11, criou e estruturou a Política Nacional de Saúde e Segurança no trabalho – PNSST, que tem como finalidade a preservação e promoção da saúde e qualidade de vida dos trabalhadores, por meio da vigilância, bem como prevenção dos agravos e danos que possam atentar contra a saúde, sendo estes relacionados com o laboro ou ocorram durante sua execução, diminuindo potenciais agravantes, bem como condições que possam oferecer riscos aos trabalhadores (PAULINO E LOURINHO, 2014).

Segundo o Brasil (2017), no que se refere aos agravos á saúde do trabalhador é necessário:

- I - reconhecimento prévio das atividades e locais de trabalho onde existam substâncias químicas, agentes físicos e/ou biológicos e os fatores de risco decorrentes da organização do trabalho potencialmente causadores de doença;
- II - identificação dos problemas ou danos potenciais para a saúde, decorrentes da exposição aos fatores de risco identificados;
- III - identificação e proposição de medidas que devem ser adotadas para a eliminação ou controle da exposição aos fatores de risco e para proteção dos trabalhadores;
- IV - educação e informação aos trabalhadores e empregadores.

Desse modo, observa-se que é de suma importância que independente da profissão faz se necessário que há a identificação de qualquer potencial motivo que seja influenciador para a ocorrência de agravos, bem como situações que favoreçam ao aparecimento de doenças e potenciais estressores. Só a partir da identificação é que pode ser realizado o combate de maneira adequada de tais agravos, para que os mesmo não acometam de maneira substancial os trabalhadores vulneráveis e que necessitam de ajuda para seu cuidado.

Um estudo realizado por Minayo e Oliveira (2010) sendo citado também por Costa e Farias (2015) afirma que ao analisar as consequências do impacto das atividades desempenhadas pelos policiais militares do Rio de Janeiro, percebeu-se que muitos estavam com sobrepeso, alguns casos de obesidade, ligados intrinsecamente a índices elevados de pressão arterial e colesterol e glicose na corrente sanguínea, observou-se também, muitas queixas dos policiais no que se referia a dores de coluna, nuca, cefaleias, dificuldades visuais, dentre outros.

No que se refere à saúde mental dos policiais militares, o estudo realizado por Borges (2013) inferiu que dentre os policiais em pleno exercício profissional, houve a ocorrência dos

seguintes transtornos: comandando o numero de ocorrências com aproximadamente 70% apareceram os transtornos neuróticos e ligados diretamente a situações estressoras; seguidos dos transtornos de bipolaridade e/ou variação de humor com aproximadamente 18% dos casos e por ultimo os transtornos de comportamento com 5% no total de casos.

A doença depressiva nos policiais militares em atividades laborais tem sido objeto de estudo, principalmente no que tange as condições de trabalho na atualidade, pois trata-se de um profissional que trabalha em condições insalubres e diante dessa realidade social com alta criminalidade. Desse modo, no que se refere aos graus de mudança de humor, torna-se claro que frente ao dia-dia de trabalho vivenciado por estes militares e que isso poderá ocasionar adoecimento desse profissional a médio e longo prazo (COSTA & STEVAN, 2014).

De acordo com Minayo (2011), existem diversos problemas que são inerentes à prática policial, principalmente no que tange os aspectos físicos, tais como: obesidade, hipertensão arterial sistêmica, doenças da coronária, desenvolvimento de neoplasias, etc, às vezes mais do que na população em geral, sobretudo em alguns países, como no caso do Brasil.

Observou-se então que dentre os principais agravos de saúde que acometem os policiais estão agrupados em três grupos, primeiro os relacionados às condições externas do trabalho tais como cortes, lesões agudas ou permanentes, incapacitantes ou não devido à exposição a situações insalubres. No segundo grupo estão relacionados os agravos relacionados a rotina estressante e rápida no dia a dia, ao estilo de vida, ou seja, muitos não possuem bons hábitos de qualidade de vida, impedindo boa alimentação e ingestão de líquidos por parte dos policiais, acarretando assim distúrbios gástricos, alimentares, doenças crônico-degenerativas e problemas cardiovasculares como hipertensão, diabetes, problemas cardíacos, etc. No terceiro grupo estão relacionados os transtornos ligados ao estresse ocupacional, tais como: transtornos de humor, bipolaridade e transtornos ligados ao comportamento (COSTA E FARIAS, 2015).

Muitos são os obstáculos para a realização do cuidado a saúde dos policiais militares que muito fazem pela sociedade. No entanto, propostas de intervenção devem ser implementadas para que muito possa se fazer com esse problema que se faz cada vez mais presente dentro das corporações e assolam dezenas de policiais que até o momento não estão preparados para lidar com tais situações. Deve se abrir espaços para a discussão e desmistificação da temática, para que o próprio profissional possa identificar os sinais e sintomas de tais agravos, possa conhecer seu corpo e suas necessidades, para que assim possa prevenir que tais situações patológicas ocorram, torna-se necessário, também, que hajam mais programas voltados ao cuidado a saúde dos praças, para que o processo de promoção a saúde

seja efetivamente difundido dentro da corporação e através da assistência prestada, melhorar saúde dos profissionais, prevenir agravos, otimizar o tempo e diminuir os custos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já mencionado no decorrer do estudo, sabe-se que os Policiais militares são indivíduos que sofrem muitos efeitos negativos no desempenhar de suas atividades laborais, e tais situações somadas ao estresse do dia a dia, despreparo psicológico geram na maioria das vezes distúrbios patológicos que trazem consequências ruins para o policial, para a corporação e de certa forma para a sociedade também. Por tratar-se de um trabalho de revisão a seguir serão analisados alguns quadros e gráficos a cerca dos principais agravos de saúde que acometem os policiais, bem como suas consequências.

Acontece que o fato de os policiais ficarem constantemente ligados à atividades envolvendo violência, seja para eliminar situações ou até mesmo gerar situações violentas para realização de seu laboro faz com que os mesmos vivam em condições super estressoras e de grande tensão, causando assim diversos problemas de saúde, sem deixar de ressaltar o desgaste psíquico em razão das 24h de serviços, muitas vezes prestadas ininterruptamente, à sociedade (SANTOS, 2012).

No entanto visando minimizar essas situações patológicas e/ou agravos à saúde dos policiais militares a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, através da resolução nº 721 de agosto de 2013, delibera a respeito do serviço de Atenção à Saúde do Policial e profissionais da segurança pública (COSTA; FARIAS, 2015)

3.1 DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS

No Estudo realizado por Paiva et al (2017) foram estudados como sujeitos de pesquisa 68 policiais, a maioria do sexo masculino, os quais 91 % e 9% de sujeitos do sexo feminino, dentre eles 28% apresentaram alguma doença crônica, haja vista que tratam-se de doenças que causam diversos prejuízos ao indivíduo. Das doenças listadas no estudo observou-se que dos sujeitos estudados a Hipertensão apareceu com maior destaque, 11% apresentaram hérnia de disco e 5% diabetes mellitus.

Um estudo realizado por Nóbrega (2017) disponibilizou dados sobre as principais causas de morte entre policiais de 1990 a 2016, dentre elas estão 166 mortos por parada cardiorrespiratória, 154 por choque séptico, 140 por acidente vascular cerebral, 127 por

hipertensão, 115 por infarto agudo do miocárdio, 103 por diabetes, 67 por algum tipo de infecção seja ela respiratória, pulmonar e/ou urinária e 50 por cirrose hepática.

O estudo acima corrobora com o estudo de Paiva, onde as doenças crônicas degenerativas estão cada vez mais presentes no cotidiano dos Policiais Militares. Muitas vezes associadas aos péssimos hábitos de qualidade de vida, tais como: má alimentação, não realização de exercícios físicos, tabagismo, etilismo, claro, associados às situações estressoras e insalubres do dia-dia acabam por desencadear tais distúrbios, que recebem a devida atenção que merecem e com o tempo acabam levando o indivíduo a óbito.

Outro estudo referente às doenças crônicas, realizado por Dias e Slob (2015), atesta que dos indivíduos estudados que neste estudo tratava-se de bombeiros, mostram que todos já possuem pre-disposição genética para doenças crônicas-degenerativas, sendo para Hipertensão (40,9%), ao Diabetes Mellitus (19,6%) e a doenças cardíacas (11,4%). No momento de avaliação cerca, 21,3% estavam com valores de colesterol Total alto, 14,7% admitiram estarem estressados, 11,3% afirmaram ser fumantes e ex-fumantes e 3,2 e que não realizam ou raramente realizam atividades físicas.

3.2 DAS DOENÇAS DE CUNHO MENTAL/ PSICOLÓGICO

Nos dias atuais com o aumento das situações de violência, bem como grandes índices de criminalidade, mortalidade, roubos, sequestros, e diversos delitos o policial se encontra em uma zona de risco muito elevada tanta para sua saúde fica quanto mental, os potenciais estressores no trabalho estão frequentes e com isso o risco de desenvolver distúrbios de cunho psicológico se torna cada vez mais frequentes.

No estudo realizado por Costa e Stevan (2014) pode se observar a ocorrência de transtornos mentais em policiais militares. No que se refere ao perfil dos sujeitos de pesquisa estudados, foi disponibilizado os seguintes dados no que se refere ao grau hierárquico dos sujeitos da pesquisa: 72% eram soldados, 11% cabos, 115 sargentos, 4% tenentes e 2% capitão. Pode-se observar também que a maioria dos sujeitos estudados são soldados, ou seja, profissionais que estão diretamente ligados potenciais estressores do trabalho.

No que tange as características indicativas de depressão, outros dados foram disponibilizados por Costa e Stevan (2014). Sendo que dos entrevistados: 17% apresentavam sinais de indecisão, 21% mudança de identidade, 38% insônia, 45 % fatigabilidade, 30% perda de apetite, 19%% perda de peso, 45% preocupações somáticas, 21%tristeza, 28% pessimismo,

8% sentimentos de fracasso, 28% insatisfação, 8% ideais suicidas, 17% episódios de choro, 49% irritabilidade, 21% retraimento social e 21% perda da libido.

Percebe-se, todavia, ao avaliar as informações do estudo que vários são os potenciais indicadores de depressão nos policiais estudados. Índices altos de irritabilidade, insatisfação, preocupações somáticas, insônia e fadigabilidade ao observados, principalmente que fica evidente que muitos dos sujeitos de pesquisa sentem mais de um sinal ou sintoma dos descritos acima, assim, faz-se necessária intervenção urgente nesses indivíduos para que piores consequências não venham a ocorrer em sua vida pessoal e profissional.

No estudo realizado por Gonçalves (2012) foi observado a ocorrência de transtorno mental comum em 5% do total entre os policiais militares estudados que totalizavam cerca de 40, ou seja, fato que comprova potenciais estressores em diversos âmbitos do serviço militar.

Dados da Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará afirmam que 1.529 licenças psiquiátricas foram homologadas só no ano de 2013 e 661 só de janeiro a março de 2014. Aproximadamente são 200 policiais afastados por mês por distúrbios psiquiátricos, ou seja, números cada vez mais alarmantes (PAULINO; LOURINHO, 2014).

3.3 LESÕES FÍSICAS DECORRENTES DO TRABALHO MILITAR

No estudo realizado por Minayo (2011). Observou-se a ocorrência de lesões físicas e outras deformidades de membros tanto superiores quanto inferiores onde os sujeitos estudados atribuem tais lesões ao cotidiano laboral dentro da Polícia Militar ou Civil. Os dados mostram que no que tange às deformidades permanentes ou rigidez constante de pé, perna ou coluna 3,4% eram policiais civis e 7,7% eram militares; no que se refere às deformidades permanentes ou rigidez constante de dedo, mão ou braço 3,9% eram civis e 5,2% militares; no que tange as paralisias permanentes de qualquer tipo 0,8% eram civis e 2,0% militares; dedos ou membros amputados 0,4% civis e 1,5 militares; incapacidade de reter fezes ou urina 0,3% civis e 1,4 militares; seio, rim ou pulmão retirado 0,4% civis e 1,1% militares e outras incapacidades 1,5% civis e 6,5 militares.

Pode-se observar, com isso, que houve mais ocorrências no serviço militar do que no civil, e um dado preocupante é que a maioria das lesões observadas são de caráter permanente seja em membros superiores ou inferiores. Fato que alerta para a orientação adequada destes profissionais para minimização/eliminação de tais lesões, pois a ocorrência das mesmas com

muita frequência geram despesas e transtornos tanto para os indivíduos quanto para a população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a profissão militar possui além dos riscos já inerentes ao laboro, possui também os riscos relacionados à pessoa, relacionados ao processo de saúde, relacionados ao enfrentamento das situações cotidianas que podem afetar o bem estar físico social e mental dos indivíduos. Os diversos estudos analisados corroboram juntamente apontando inúmeros agravos que podem acometer os policiais e /ou outros prestadores de serviços (seja bombeiro marinho, etc). Os profissionais militares vivem incansavelmente cuidando da manutenção da vida, preservação da ordem bem coletivo, no entanto, vai deixando de lado os bons hábitos de qualidade de vida e chega a esquecer por completo do cuidado à sua saúde e, é nesse momento que podem se alojar os agravos de saúde e levar os policiais a desenvolverem vários tipos de distúrbios patológicos.

Com este trabalho foi possível inferir que as condições de trabalho enfrentadas pelos policiais, bem como a situações pelas quais passam o Sistema Prisional nacional somam como potencial estressante para tais profissionais que muito são importantes para a sociedade em geral. Foi observado ao logo deste trabalho muitos agravos relacionados tanto aos péssimos hábitos de qualidade de vida, quanto aos estressores laborais.

As doenças crônico-degenerativas, incluído Hipertensão, diabetes, problemas cardíacos configuram-se com grande ocorrência dentre os policiais, no entanto, outro destaque que merece ser ressaltado vai para as doenças ou agravos de cunho psicológico e mentais, como por exemplos: depressão, ideias de suicídio, sensações de tristeza eminente e de fracasso, dentre muitas outras citadas ao longo da pesquisa.

Faz-se necessário maior atenção à saúde dos policiais, bem como de todos os profissionais da área militar. Algumas instituições já estão se preocupando com tais profissionais, contudo, ainda em numero insuficiente, lembrando que os índices de abandono do emprego, mudança de função são consideráveis, portanto, tal realidade merece maior atenção dos órgãos competentes.

Compreende-se com a realização deste trabalho que o estabelecimento de novas iniciativas para cuidar da saúde mental, bem como saúde ocupacional dos militares é muito importante, juntamente, com a implementação de programas de saúde específicos na orientação de tais profissionais, oportunizando o melhor preparo dos mesmos tanto para reconhecimento dos agravos, como para possíveis diagnósticos precoces, para assim tratar adequadamente os possíveis agravos que podem aparecer.

REFERÊNCIAS

- BORGES, A. A. **Polícia e Saúde: entrevista com o Diretor Geral de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3):677-679, 2013 Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v18n3/13.pdf Acesso em: Maio de 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Doenças relacionadas ao trabalho**. 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/partes/doencas_trabalho2.pdf Acesso em: Abril de 2018.
- COSTA, C.J. dos A. L. da; FARIAS, C. de O. **O atendimento à saúde do policial militar no estado do rio de janeiro**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/o-atendimento-a-saude-do-policial-militar-no-estado-do-rio-de-janeiro.pdf> Acesso em: Abril de 2018.
- COSTA, A da C.; STEVAN, I. D. Depressão em Policiais Militares: Uma Possível Decorrente das atividades laborais. 2014. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-da-saude/depressao-em-policiais-militares-uma-possivel-decorrencia-das-atividades-laborais>. Acesso em: Maio de 2018.
- DIAS, C.; SLOB, E.M.G. B. **Análise do Processo Saúde & Doença dos Policiais Militares do Corpo de Bombeiros de Um Município do Vale do Paraíba**. REENVAP, Lorena, n. 07, 2015. Disponível em: fatea.br/seer3/index.php/REENVAP/article/download/37/26/ Acesso em: Abril de 2018.
- GONÇALVES, F. da S; SANTOS, J. E. **Prevalência de transtornos mentais comuns entre policiais militares de Ceilândia/Distrito Federal**. Universidade de Brasília – UnB. Brasília – DF, 2012. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/4636> Acesso em: Abril de 2018.
- MINAYO, M. C. de S; ASSIS, S.G. de; OLIVEIRA, R. V. C. de. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)**. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 16, n. 4, p. 2199-2209, Apr. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000400019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Maio de 2018.
- NÓBREAGA, R. **Coração, diabetes e AVC são as principais causas de morte entre policiais militares da Paraíba**, 2017. Disponível em: <http://rubensnobreaga.com.br/2017/02/10/coracao-diabetes-e-avc-sao-as-principais-causas-de-morte-entre-policiais-militares-da-paraiba/> Acesso em: Abril de 2018
- PAULINO, F.R.; LOURINHO, L. A. **O adoecimento psicológico do policial** . *Revista Trabalho e Sociedade*, Fortaleza – CE, 2014, v.2, n.2, Jul/Dez, p.58-77. Disponível

em: <http://www.ratio.edu.br/dados/trabalhosociedade/revista0309/quatro.pdf> Acesso em: Abril de 2018.

PAIVA, K. A. C. *et al.* **Prevalência de doenças crônica e Policiais Militares de uma companhia do estado da Paraíba.** II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_MD1_SA4_ID1491_02052017182428.pdf Acesso em: Maio de 2018

SANTOS, R. S. D. **Doenças Ocupacionais e o Trabalho dos Policiais.** Trabalho de conclusão de curso. UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE. Lages – SC, 2012.